

No mês do aniversário de BH, a Praça da Liberdade é iluminada em clima de Natal

_____ página 09



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 08

Entrevista: Presidente do Iphan fala sobre os desafios de proteção ao patrimônio num país das dimensões do Brasil

_____ páginas 06 e 07



Arquivo Aruanda

Grupo Aruanda - Há mais de quatro décadas na preservação da cultura popular

_____ página 03

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...

Editorial

Belo Horizonte: 111 anos de uma utopia

A Cidade de Minas, primeiro nome da atual Belo Horizonte, foi idealizada como um espaço urbanizado que 'possibilitaria' à sociedade mineira ingressar no 'empreendimento da modernidade'. Essa imagem de uma capital moderna tinha como referência as cidades da Europa e da América – como Paris, La Plata e Washington –, que adotaram grandes avenidas, cortando em diagonal uma malha ortogonal básica para direcionar os fluxos principais, com equipamentos públicos em seus pontos focais.

Aarão Reis, logo após sua nomeação, se preocupou em conhecer as teorias urbanísticas mais recentes naquele final do século XIX. Exemplo é uma correspondência a um diplomata na Argentina: "Acho-me encarregado, pelo Governo do Estado de Minas Geraes, da direção geral, técnica e administrativa, da comissão construtora da Nova Capital, e, no intuito de dar a semelhante trabalho a máxima perfeição, desejo coligir tudo quanto, no estrangeiro, possa guiar-me e orientar-me bem(...)"

A Capital Mineira é planejada com vistas ao futuro e com a função de dar prazeres visuais e espirituais: uma cidade com infra-estrutura contemporânea, higiênica, grandes avenidas arborizadas, ruas largas, vazios urbanos junto aos principais equipamentos, praças e parques. Conceitualmente o que se vê é uma negação das estruturas urbanas e arquitetônicas presentes nas cidades coloniais. Essa idéia de ruptura, em busca das diretrizes da modernidade, que vai moldar o projeto de Reis e seus colaboradores, está referendada em um ideário internacional, no qual o que prevalece é a busca da eficiência, através do desenvolvimento de uma cidade capaz de dar suporte a um novo modo de vida.

Esse planejamento sofre uma ruptura com a saída de Aarão Reis, por desavenças políticas com o governo que substituiu Afonso Pena, em especial com o secretário Francisco Sá, que gerenciava o projeto. Com a reorganização da Comissão Construtora, optou-se por deixar de lado muitos projetos. Espaços livres foram subtraídos. A disseminação dos equipamentos públicos foi abandonada. O governo não fez nenhuma restrição em fragmentar a zona suburbana, que dos lotes médios de 3.000,00m² passou a permitir lotes de até 200,00m², talvez para preservar a área interna à Avenida do Contorno da ocupação por operários, pois não tomou qualquer ação para cumprir o estabelecido em lei: criar habitações para os mesmos.

Mesmo com as fragmentações ocorridas no projeto, por questões políticas e econômicas, a construção de Belo Horizonte, estabelecida a partir de um modelo de cidade ideal, para uma população máxima de 200.000 habitantes, foi efetivada. Essa saga da sociedade mineira transformou-se em fato extraordinário para um país periférico, no desejo de entrar na aventura da modernidade, através da configuração de um novo espaço urbano moldado como imagem e semelhança "ao que de melhor se fazia em todo o mundo".

Neste mês de aniversário, o Bem Informado faz uma homenagem à utópica capital mineira, colocando-a como tema central desta edição.

Carlos Roberto Noronha
Presidente

Declaração de Quebec

"Repensar o espírito do lugar", "Identificar as ameaças que colocam em perigo o espírito do lugar", "Salvaguardar o espírito do lugar" e "Transmitir o espírito do lugar" foram os tópicos destacados na Declaração de Quebec, documento final da 16ª Assembléia Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS). O arquiteto da Diretoria de Promoção do IEPHA Jorge Askar participou do simpósio científico, que aconteceu no Canadá, em outubro. O ICOMOS é uma organização de voluntários, com atuação universal, que mobiliza profissionais da preservação no sentido de aperfeiçoar e aprofundar a doutrina de defesa e valorização do patrimônio cultural. A cada três anos, a organização promove um simpósio científico, colocando determinado tema em debate.

ICOMOS



Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Aécio Neves

Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Paulo Brant

Secretária adjunta: Sylvana Pessoa

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo

Chefe de Gabinete: Cynthia Lanna de Miranda

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)

Revisão: Pedro Souza Pinto

Diagramação: Daniella Melo Jardim

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Grupo mineiro é referência em manifestações populares

Em 1960, nascia em Belo Horizonte uma das instituições pioneiras em Minas Gerais, e no Brasil, na área da pesquisa, preservação e divulgação de danças, cantos folclóricos e folguedos populares em suas mais diversas manifestações, a partir do aproveitamento dos elementos e fatos folclóricos. Fundado pelo professor Paulo César Valle, que, após assistir a um grupo folclórico, viu na apresentação uma boa idéia de atividade extracurricular para seus alunos, o Grupo Folclórico Aruanda busca, incessantemente, sensibilizar a população para a importância do conhecimento e valorização de sua própria cultura.

A partir de pesquisas de campo e informações técnicas resultantes do intercâmbio com outros grupos, o Aruanda catalogou mais de 100 danças, com suas respectivas músicas, coreografias, trajes e adereços. O grupo serve de referencial para pesquisas e informações para instituições de ensino em todos os níveis escolares, atores, coreógrafos, figurinistas, pesquisadores e demais interessados nas manifestações populares tradicionais.

Segundo Sérgio Cosse, presidente do Aruanda, o figurino do grupo – com cerca de cinco toneladas de trajes e adereços – é um dos maiores do Brasil. “O que nos transforma em referência nacional em manifestações populares não só de Minas Gerais, mas de todas as regiões do país”, relata.

Formado por jovens estudantes, professores, bailarinos e profissionais liberais interessados nas manifestações folclóricas, o grupo já rompeu as barreiras do país e expôs, em 1987, seus figurinos e adereços de 23 danças – correspondentes a 2,5 toneladas de peso – a pedido dos organizadores, no Festival de Drummondville, Canadá.

“Mais do que um grupo que pesquisa o folclore brasileiro, o Aruanda é uma instituição cultural que contribui continuamente para a inclusão social, a construção da cidadania e a preservação da cultura e identidade nacionais”, relata Sérgio. Reconhecido como de Utilidade Pública – pela lei Estadual em 1971 e Municipal em 1970 – e perto das comemorações de meio século de existência, o grupo estabeleceu como meta introduzir o folclore brasileiro no dia-a-dia das escolas públicas, com a realização de oficinas de dança, percussão, confecção de adereços e instrumentos.

O nome Aruanda vem da letra de uma música de maracatu e significa terra de luz, terra de paz, mansão dos bem-aventurados.

Nessas oficinas, são transmitidos conhecimentos teóricos e práticos sobre o folclore de cada região do Brasil, com foco nas danças, cantos, indumentárias típicas e sua simbologia.

Em paralelo, o grupo se inscreveu no Fundo Estadual de Cultura recursos para desenvolver o Projeto Valorizando o Folclore Brasileiro. “A idéia é visitar cidades em várias regiões de Minas, realizando durante uma semana pesquisas sobre a cultura daquele município e, ao final, fazer uma apresentação com danças e cantos que representem aquela região”, revela Romênio Coelho, diretor de Comunicação do grupo.



Arquivo Aruanda



Tipos populares marcam história de BH

Em 12 de dezembro, Belo Horizonte completa 111 anos de uma história rica, marcada por curiosos personagens que ainda hoje povoam o repertório popular da cidade. Histórias contadas e modificadas tantas vezes ao longo dos anos que, em muitos casos, não se sabe mais qual a versão correta ou mesmo se os personagens realmente existiram algum dia. Alguns deles, inclusive, datam de antes mesmo da inauguração da nova capital mineira; do período em que a cidade ainda era erguida às pressas pela Comissão Construtora.

É o caso da "Maria Papuda", moradora do antigo Arraial Del Rey que, conforme conta-se, teve sua pequena casa destruída para dar lugar à construção do Palácio da Liberdade, rogando então uma praga. A crença popular atribuiu à maldição as mortes ou doenças de políticos mineiros durante o exercício de mandato, como Olegário Maciel e Raul Soares.

Já nas duas primeiras décadas, a cidade conheceu personagens populares mais voltados ao novo cenário urbano e à malandragem das ruas. Surgem então naquele período figuras como o Muquirana, o Jaburu e o paquerador Manoel das Moças. Na (ainda) pequena cidade, despertaram a curiosidade dos habitantes, chamando a atenção, inclusive, de figuras importantes, como do artista plástico e arquiteto Luís Olivieri. O italiano, que assinou importantes projetos arquitetônicos pela Comissão Construtora em BH, foi também autor de curiosas estatuetas que retratam e preservam a memória destes três sujeitos



<< Jaburu



Muquirana >>

Esculturas Acervo MHAB

populares e de outros tantos, como os meninos baleiros e o jornalista Manoel Crioulo. As pequenas esculturas hoje estão no Museu Histórico Abílio Barreto.

Outro marcante personagem da história real de BH acabou immortalizado através das artes. Assim como Geraldo Viramundo, o ingênuo e corretíssimo protagonista de "O Grande Mentecapto", o belo-horizontino que inspirou Fernando Sabino, Geraldo Boi (ou Geraldo Capivara) também viveu as mais diversas aventuras em suas peregrinações pelas Minas Gerais da década de 40. Ex-seminarista, de boa família e figura conhecida nos meios intelectuais de Belo Horizonte, Geraldo é lembrado como alguém que saía muito dos padrões sociais vigentes da época, levando uma solta vida popular e tendo sido assim taxado comumente de louco.

Também no ambiente acadêmico desponta, em meados dos anos 40, outra figura polêmica. O homossexual conhecido como "Ó Marieta" tornou-se popular por bordões como "Ó estudante mesquinho". Enfrentou com bom humor o conservadorismo sexual da tradicional sociedade mineira baseada nos bons costumes e nos valores da família.

Esses costumes se tornariam ainda mais desafiados a partir de novos personagens que entram para a história da nova capital na década de 50. É nesta época que, como lembram os mais antigos, entram em evidência ilustres figuras que habitaram a zona boêmia da Rua Guaicurus e despertavam o horror em dona Loló Ventura e as "mal-amadas". Habitavam a noite personagens como Cintura Fina (com sua navalha voadora presa a um barbante) e Maria Tomba-Homem (e suas flechas de bambu); dois travestis que não deixavam desaforo barato. Naquele mesmo cenário viveu ainda uma das personagens populares mais famosas de Belo Horizonte, eternizada em livro e na televisão: Hilda Furacão.

Filha de tradicional família de classe média, Hilda teria escandalizado a sociedade mineira ao trocar refinados ambientes e bailes badalados pela prostituição, tornando-se a mais famosa cortesã da época. Alguns contam, inclusive, que sua fuga "para a vida" teria acontecido no dia de seu casamento. Não se sabe ao certo quanto de sua história é real e quanto foi fantasiada e até hoje seu destino é um mistério.

| Lendas Urbanas de BH

A Loira do Bonfim – A história da loira fantasma que atraía os boêmios para o cemitério tomou conta do imaginário popular na década de 50 e se tornou o mais conhecido mito da cidade de todos os tempos. Entre as diversas versões, uma delas garante que ela abordava suas vítimas no ponto central do bonde, outra afirma que a loira preferia seduzir os motoristas de táxi da capital.

O Capeta do Vilarinho – O caso teria acontecido em meados da década de 90 quando, durante um baile funk na Avenida Vilarinho (bairro Venda Nova), um belo rapaz que seduzia uma garota teria deixado cair seu chapéu, deixando à mostra seus chifres demoníacos. O "capeta" teria conseguido fugir e rapidamente o caso espalhou pânico em toda a cidade e se tornou principal notícia da imprensa local por vários dias.



<< Manuel Crioulo

Oficina de estruturação do Sistema Nacional de Patrimônio

Entre os dias 15 e 17 de dezembro, será realizada uma série de palestras e debates sobre a estruturação de um Sistema Nacional de Patrimônio (SNP), durante a Oficina Regional Sudeste, que acontecerá no Palácio das Artes, em Belo Horizonte. O evento deve reunir cerca de 70 convidados, representando diversas instituições envolvidas na proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro. "A idéia é que o evento sirva de ponto de encontro e diálogo entre estes órgãos para que, juntos, possam pensar, construir e organizar a gestão pública do patrimônio em nível nacional", explica a vice-presidente do IEPHA/MG, Maria Marta Martins de Araújo.

A oficina integra uma série de seminários regionais que estão sendo realizados em todo o país sobre a questão, sempre com um tema chave diferenciado. No caso da reunião Sudeste, uma realização da 13ª Regional

do IPHAN, com organização do IEPHA/MG, o tema central será Sítios Históricos Urbanos.

Segundo Maria Marta, trata-se de um momento muito importante para o patrimônio brasileiro. "Hoje temos que pensar a descentralização das ações juntamente com a articulação entre as diferentes esferas de governo e as instituições envolvidas na proteção do patrimônio através de diretrizes e ações mais compartilhadas. Para que daqui a algum tempo isso funcione bem como se espera, o Sistema tem que ser construído hoje de forma democrática, conjunta, com muita discussão e participação de todos os envolvidos na área", aponta.

Os resultados deste e dos demais encontros regionais serão apresentados no Fórum Nacional, em março de 2009.



União em defesa do patrimônio



Foto: Ricardo Borba/IPHAN

O trabalho em sintonia com instituições estaduais e municipais, entidades públicas e privadas ligadas à preservação do patrimônio é uma das saídas para se cumprir a tarefa de proteção aos bens culturais num país com as dimensões do Brasil. Esta é a opinião do presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Luiz Fernando de Almeida. Neste mês de dezembro, IEPHA e IPHAN realizam o Encontro Regional Sudeste para discutir diretrizes e propostas para criação de um Sistema Nacional de Patrimônio.

Quais os principais desafios que o senhor destacaria de se preservar o patrimônio num país tão rico em manifestações culturais e artísticas, como o Brasil?

O Brasil é um país de dimensões continentais, o que dificulta a atuação isolada do Iphan. É essencial a criação de parcerias com órgãos estaduais e municipais, universidades, escolas e outras entidades públicas e privadas para que se possa efetivar uma política de preservação e valorização eficiente. Além disso, há um crescente esforço de qualificação e recuperação de áreas degradadas, além das obras de restauro que demandam sempre investimentos altos. Os recursos orçamentários do Ministério da Cultura são absolutamente insuficientes, por isso é essencial a busca de recursos em diversas fontes. Fomentar o desenvolvimento de linhas de crédito, criação de fundos estaduais e municipais, instituição de fundos de preservação é um caminho pelo qual ainda há muito a se percorrer.

Como se não bastasse, o Brasil é um país altamente dinâmico e passa por um processo de crescimento econômico que – se não for

substancialmente afetado pela crise atual – torna os processos de transformação ainda mais velozes. Precisamos tirar partido disso, inserir com mais ênfase a cultura e o patrimônio no rol das coisas vitais para o desenvolvimento do país e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

O IEPHA/MG sedia o Encontro Regional do Sudeste neste mês de dezembro. Esta iniciativa de se organizar encontros nas regiões brasileiras é uma forma de facilitar o cuidado com o patrimônio num país tão vasto?

Essa iniciativa faz parte de uma inovação na política de preservação e valorização do patrimônio. É o primeiro passo para a constituição de um Sistema Nacional de Patrimônio que visa, justamente, dar conta de responder aos desafios que foram apontados. A previsão é que o Iphan possa, a partir dos encaminhamentos e diretrizes tiradas nos encontros, pactuar planos de trabalho com os estados, reforçando estruturas, dando maior visibilidade ao patrimônio e formatando o que estamos chamando de uma Rede de Proteção. O Sistema e a constituição dessa Rede são a

base de uma política integrada de proteção, sem a qual não teremos força e magnitude para enfrentar os problemas e buscar soluções compatíveis com o tamanho do Brasil e com a diversidade do patrimônio cultural.

A Estrada Real está em vias de se tornar patrimônio da humanidade, na categoria itinerário cultural, sob a chancela da Unesco, a pedido do Iphan. O que isso vai representar para a região Sudeste e para o Brasil?

Deverá representar um novo entendimento, um novo olhar para o patrimônio nacional. O projeto da Estrada Real inaugura em Minas um modelo sistêmico de compreensão e proteção do patrimônio. Não estamos mais falando de um bem ou de um conjunto isolado, mas de uma série de fatores que se inter-relacionam e dão sentido ao patrimônio e à sua proteção. A Estrada Real evidencia o aspecto territorial do patrimônio e traduz isso num modelo de proposta que tem sido aplicado no resto do mundo. O Caminho de Compostela foi o primeiro exemplo mundial desse tipo de arranjo e aborda uma complexidade de aspectos relacionados com o patrimônio que os bens isolados, por mais importantes que sejam, não dão conta de explicar. Tem a ver com paisagem cultural, com a mobilidade humana, com atribuição de significados e uma série de fatores que transcendem a compreensão de um bem cultural.

A área de patrimônio, assim como a cultural em geral, carece de maiores recursos. Como o Iphan dribla essa dificuldade, diante de tantas demandas?

O Iphan tem buscado alternativas de captação de recursos, parcerias com outros ministérios que têm muita afinidade com o patrimônio – como o Ministério das Cidades e o do Turismo, por exemplo – além das parcerias com a iniciativa privada, que sempre tem a possibilidade de injetar recursos através das leis de incentivo. As parcerias com o BNDES, a Caixa Econômica e o BID – que financiou o Programa Monumenta por mais de dez anos – também têm um papel fundamental nesse sentido.

Na sua opinião, a população brasileira já tem consciência de seu papel na preservação do patrimônio?

Não completamente. Apesar dos esforços, ainda não conseguimos passar para a sociedade o que esperamos dela, qual o seu dever e o seu direito. É um processo que tem que ser encarado e também faz parte dessa estratégia de parcerias, de constituição de uma rede. O Iphan tem um débito com a sociedade neste ponto e está se estruturando para responder a estes anseios. Estamos caminhando neste sentido.

Desde 2007, o Brasil ocupa uma cadeira no Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, sendo um dos porta-vozes da América Latina. Isso facilita, de alguma forma, a atuação do Iphan?

Torna a sua atuação mais intensa e complexa, diante dos desafios de trabalhar, na perspectiva de um patrimônio partilhado que transcende fronteiras nacionais, além de posicionar-se como um agente de referência para a região. A presença do Brasil no Comitê do Patrimônio Mundial proporciona um importante esforço de atualização de conceitos, contribuindo com sua experiência para a reflexão que ora se produz no seio da Unesco, especialmente em aspectos vinculados à Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, de 1972, e seus instrumentos operativos, como a Lista Indicativa do Patrimônio Mundial.

Como é o relacionamento do Iphan com os institutos de proteção ao patrimônio de outros países latino-americanos?

Esse relacionamento tem se intensificado nos últimos anos, especialmente no que se refere às relações bilaterais com países da região ou com os mecanismos multilaterais como o Mercosul e a CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Nas relações com países latino-americanos, o Iphan tem realizado missões de assistência técnica, como as organizadas no Equador, no Panamá, entre outros, e promovido, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores, o desenvolvimento de projetos de cooperação técnica, especialmente voltados para a melhoria da gestão do patrimônio cultural nos países solicitantes, como Paraguai, Bolívia e Angola.



<< O Encontro Regional do Sudeste acontecerá no Palácio das Artes, em Belo Horizonte



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

| Presépio do Pípiripau

O detalhe é do Presépio do Pípiripau, localizado no Museu de História Natural da UFMG, no bairro Santa Inês, em Belo Horizonte. O presépio é um grande cenário que mostra a vida de Jesus, desde o nascimento até a ascensão ao Céu. Ao todo são 45 cenas, compostas por 580 figuras com movimentos, também retratando o dia-a-dia na capital mineira.

O criador do Pípiripau foi Raimundo Machado de Azevedo, que começou a construí-lo em 1906, ainda criança. Na época, Raimundo morava na antiga Colônia Américo Werneck, região conhecida como Pípiripau, onde estão hoje os bairros Santa Inês, Sagrada Família, Floresta e Santa Tereza. A idéia surgiu quando sua mãe o levava à missa, na Igreja São José, no centro de BH, e ele se encantava com o presépio do templo e também com os pequenos presépios montados por seus vizinhos.

De família pobre, Raimundo não podia comprar material para montar o presépio. Usou então de criatividade e, com o que encontrava, começou a construir o seu. Com o passar dos anos, o pequeno presépio cresceu e o movimento foi incorporado às figuras.



Em Minas Gerais, o presépio é misto de tradição e criatividade. Por todo o Estado, a montagem de presépios constitui um ato de fé familiar e coletivo. O Presépio do Pípiripau, tombado pelo patrimônio nacional, está aberto para visitação.

Horários:

Funcionamento do museu - terça a sexta-feira, das 8h30 às 11h30 e das 13h às 16h. Sábados e domingos, das 10h às 17h.

(Confirmar horários das apresentações do presépio pelo telefone: (31) 3461-5805)



BLOCO DE NOTAS

| IEPHA entrega painéis restaurados

O IEPHA/MG entregou, no último dia 10, dois painéis do forro da Ladainha de Nossa Senhora da Ajuda, de Alto Maranhão, distrito de Congonhas, totalmente restaurados. A entrega foi feita durante as comemorações dos 70 anos de emancipação de Congonhas. A festa, na Romaria, contou com apresentação da Orquestra OPA – Pro Arte Jovem de São João Del Rei após a entrega dos painéis.



| Michelle Arroyo fala sobre BH

Para fechar as apresentações de 2008 do Programa de Seminários Internos e dando continuidade ao enfoque Belo Horizonte, a historiadora e diretora do Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura - Prefeitura de Belo Horizonte, Michelle Arroyo abordou o tema "O Caráter Educativo da Cidade na Gestão do Patrimônio Cultural em Belo Horizonte".

"O principal objetivo da apresentação desse trabalho, no IEPHA, é a troca de experiência de políticas de proteção entre órgãos de âmbito municipal e estadual. Somar os trabalhos, os desafios da gestão continuada, os conceitos, os projetos e as práticas", disse Arroyo.

Michele é especialista em Arte Barroca pela Universidade Complutense de Madrid e em Gestão de Patrimônio Cultural pela UFMG, mestre e doutora em Ciências Sociais pela PUCMINAS.

| Fórum Agentes do Patrimônio

Nos dias 13 e 14 deste mês, será realizado o Mestres e Conselheiros - 1º Fórum Mineiro Agentes do Patrimônio -, oportunidade para encontro e troca de experiências entre profissionais envolvidos com a causa do patrimônio em Minas Gerais.

O evento, que acontece na Escola de Arquitetura da UFMG, contará com palestras e oficinas temáticas, com a proposta de ser um programa de capacitação. O diretor de Promoção do IEPHA/MG, Carlos Rangel, é um dos integrantes da Comissão Organizadora.

Praça da Liberdade em clima de Natal

Tombada pelo IEPHA em 1977 e pela Prefeitura de Belo Horizonte em 1991, a Praça da Liberdade, um dos cartões postais da cidade, recebe todo mês de dezembro sua já tradicional decoração natalina, feita pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

O projeto deste ano, criado pela decoradora Cláudia Travesso, traz uma proposta diferente, além das habituais microlâmpadas e enfeites luminosos – que se destacam somente à noite. Bonecos de neve, bolas e bengalas natalinas gigantes poderão ser vistos durante o dia, para encanto daqueles que freqüentam o local enquanto há iluminação natural.

De acordo com Antônio de Pádua Dutra Pereira, engenheiro de expansão da Cemig, ao todo, serão utilizados mais de 1,5 milhão de microlâmpadas e 18 mil metros de cordões luminosos. Em parceria com o IEPHA, a Cemig realizou uma avaliação de todas as árvores da praça. Segundo Renato César J. de Souza, diretor de Conservação e Restauração, a análise feita pelo IEPHA foi técnica, de forma a proteger espécies arbóreas raras ou antigas para que não fossem usadas para suporte de luzes.

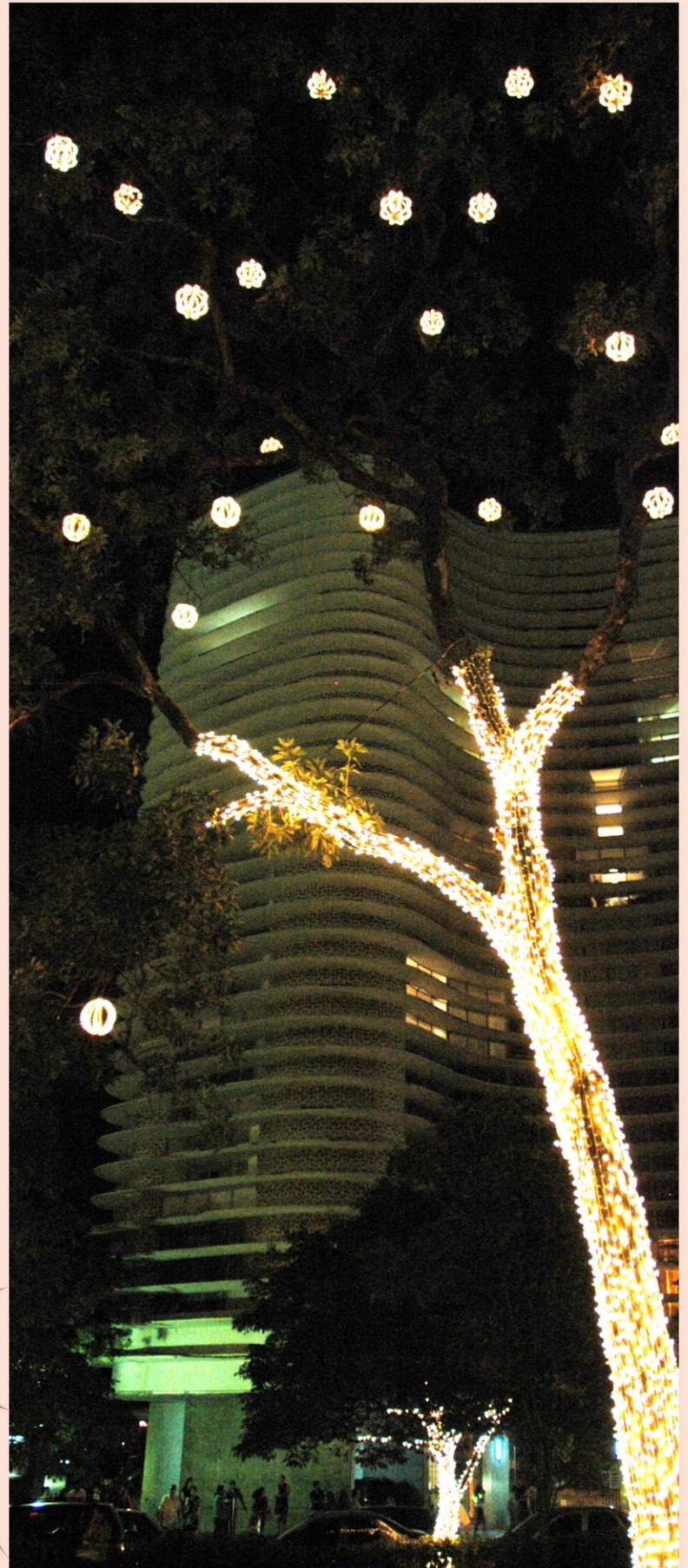


▲ Técnicos da CEMIG montam iluminação

Trabalhando desde o dia 12 de novembro, a equipe contratada pela Cemig se desdobrou para garantir aos belo-horizontinos e visitantes o espetáculo de luzes e formas que poderá ser visto até o Dia de Reis, 6 de janeiro. Neste período, toda a estrutura irá consumir 56.700 kwh.

| Economia

A Praça da Liberdade é decorada pela Cemig desde 1999 – primeiro com o projeto “BH Natal de Luz” e, desde 2002, com o projeto “Natal de Luz”. Porém, em 2001, a majestosa decoração do ano anterior foi substituída por algo mais simples devido ao racionamento de energia imposto na época. Somente a fachada do Palácio da Liberdade recebeu iluminação, e as 15 mil microlâmpadas funcionavam apenas cinco horas por noite.



Gárgulas na decoração de lavabos e chafarizes

Renato César J. de Souza*

Originalmente ligado ao escoamento das águas de chuva da cobertura dos edifícios, prática construtiva já presente no Egito e depois na Grécia, o termo arquitetônico gárgula remete com mais pertinência à Idade Média e ao templo gótico.

Gárgula tem seu nome derivado de garganta, aludindo aos barulhos da água correndo e, ao ultrapassar a função de escoar a chuva, prevenindo estragos provocados pela acumulação ou a infiltração da água, experimenta seu auge como elemento decorativo das catedrais medievais.

Já como conduto escoador de fontes, veio designar também as esculturas que ornamentam as bicas e os lavabos das igrejas, tão recorrentes no barroco mineiro. Essa estatuária herda a aparência monstruosa de origem medieval, correspondendo às caratonhas ou carrancas vistas nos mascarões ou mascheroni encontrados nos lavabos de sacristias e em chafarizes públicos.



▲ Chafariz em frente à igreja Nossa Senhora da Conceição, em Sabará

Primitivamente figuras animais, foram tomando aspecto mais humano, mas sempre com as expressões dos grottesche, motivos de decoração muito apreciados em Roma antiga. Sua origem vem, portanto, da cultura pagã, e a mistura de vários animais – criando seres fantásticos e meramente imaginários, as quimeras – alertaria quanto ao mal ou ao pecado.

Homens degenerados teriam, na crença popular, sua deformidade física explicada pelo contato com o demônio. Alguns animais, por outro lado, eram tradicionalmente associados aos pecados capitais (o leão ao orgulho, a serpente à inveja, o urso à gula e o porco à luxúria). Bichos exóticos, como o macaco, ou fabulosos, como o dragão, davam ao homem europeu outros motivos para uma associação simbólica capaz de ser expressa pela pedra para que servisse de escoamento de água.

Os temas recorrentes com origem no paganismo eram cabeças separadas do corpo (crença celta ligada ao poder advindo das cabeças cortadas), combinações de espécies animais vistas também nos bestiários e mapas da época, bocas arreganhadas num gesto ameaçador, conchas e seres do mar, e até representações de cunho sexual, como nos seios presentes no chafariz do Caquende, em Sabará, e que remetem ao culto ancestral da fertilidade.

O chafariz do Rosário, em Sabará, ao lado da igreja que os negros não concluíram, e considerado o mais belo da cidade, apresenta uma gárgula em pedra-sabão de aparência humana com as bochechas inchadas e uma expressão entre o cômico e o grotesco.

Já o lavabo da antiga matriz da Boa Viagem do Curral del Rei, hoje na catedral de Belo Horizonte, também em pedra-sabão, utiliza duas cabeças de animais fantásticos. Uma delas apresenta uma inusitada boca de pato e ambas têm corpos de serpentes que se entrelaçam como o ourouboro, símbolo do infinito, unindo os aspectos antagônicos do bem e do mal, representados na dupla espiral.

▲ Lavabo original da Catedral Nossa Senhora da Boa Viagem, em Belo Horizonte

Grupo Escolar Barão do Rio Branco

Primero grupo escolar de Belo Horizonte, a atual Escola Estadual Barão do Rio Branco foi construída durante o governo de Júlio Bueno Brandão, entre 1911 e 1913, e oficialmente instalada em 15 de junho de 1914. Antes da mudança para a Avenida Getúlio Vargas, região da Savassi, o então denominado "Primeiro Grupo Escolar" começou a funcionar em 5 de fevereiro de 1907, no prédio na Avenida João Pinheiro, onde hoje está a Escola Estadual Afonso Pena. Em março de 1909, por ato governamental, teve seu nome alterado para Barão do Rio Branco, em homenagem ao estadista do Segundo Império.

A construção é típica dos grupos escolares construídos no início do século XX, com predominância do estilo eclético. Foram responsáveis pela execução das obras o construtor Jayme Salse e o engenheiro fiscal Mário Alves Ferreira, conforme placa inaugural existente no prédio.

Edificado em pavimento único, apresenta na fachada principal um frontão de linhas curvilíneas, ornamentado com elementos figurativos humanos, florais e símbolos oficiais, além de pináculos em forma de cometeiras. Internamente, tem uma imensa varanda que contorna o salão do auditório. Essa varanda apresenta sóbrio guarda-corpo de ferro batido e arremate superior de madeira.

A edificação mantém grande parte de suas características arquitetônicas originais, apesar de ter passado por ampliação e reformas e ter perdido alguns dos seus elementos ornamentais ao longo dos anos. A escola conserva um interessante mobiliário, constituído de quatro conjuntos de sala de estar, algumas peças isoladas e dois relógios, que está exposto no saguão superior que dá acesso à sala da diretoria e secretaria.

Considerada uma escola pública das mais tradicionais de Belo Horizonte, passaram por ali Arthur Bernardes, Otacílio Negrão de Lima, Américo

René Giannetti, Israel Pinheiro, entre outros alunos. O imóvel foi tombado pelo IEPHA em 1988.

| Histórico

Por ocasião da inauguração da Nova Capital, o ensino oficial primário era constituído por duas escolas já existentes no antigo arraial do Curral del Rei. Por volta de 1900, quatro escolas de Ouro Preto foram trazidas para Belo Horizonte, na tentativa de amenizar a carência na área da educação. Em 1903 foram criadas as chamadas Escolas Coloniais do Carlos Prates, Afonso Pena, Bias Fortes, Adalberto Ferraz, Córrego da Mata e Américo Werneck.

No Governo de João Pinheiro, a educação passou por uma remodelação. A Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, autorizou a reforma do ensino primário, normal e superior no Estado. Surgiu pela primeira vez a expressão "Grupos Escolares": estabelecimentos de ensino onde o primário seria gratuito. Até então, os professores aplicavam o ensino heterogêneo, isto é, com aulas conjuntas para as crianças das quatro séries do ensino fundamental.

No início, os grupos não tinham nomes. Eram denominados conforme a ordem numérica em que eram criados. Assim, "Primeiro Grupo", "Segundo Grupo", e por aí afora. Após alguns anos, passaram a receber nomes de pessoas ilustres que se destacavam na política, na sociedade ou na cultura mineira ou brasileira.

Referência: Processo de tombamento da Escola Estadual Barão do Rio Branco – Belo Horizonte - IEPHA/MG



<< Fachada da edificação construída entre 1911 e 1913



A Virgem do Presépio

A iconografia referente ao presépio, presente praticamente em todas as partes do mundo, embora com mais ênfase nas culturas de línguas latinas, é das mais conhecidas do cristianismo.

No final do século III, peregrinos passaram a visitar a gruta em Belém onde teria nascido Jesus. A partir do século seguinte, pinturas, relevos e afrescos começaram a reproduzir o nascimento, ligado à festa mais esperada e poética do mundo cristão. Ao longo dos séculos, a cena foi sendo enriquecida com outros detalhes e personagens que alimentaram o imaginário popular.

O espaço que reproduz o estábulo de Belém é povoado obrigatoriamente por São José, o Menino e a Virgem, tendo como elementos periféricos, mas de imediata importância, pastores, animais e, eventualmente, anjos, testemunhando a famosa visita dos Reis Magos que ali chegaram seguindo o caminho desvelado no céu pela luz de uma estrela.

Credita-se a São Francisco de Assis a criação das figuras escultóricas do presépio. A Igreja havia interditado a representação de dramas litúrgicos nos templos quando, em 1223, o fundador da ordem franciscana conseguiu, de uma forma peculiar, contornar a proibição. Para lembrar o povo de Assis da importância da natividade e tornar sua liturgia mais acessível, montou, com a ajuda de Frei Leão, a sua encenação numa gruta da floresta italiana de Greccio, próxima à cidade. A palavra latina "praesepe" significa "estrebria", reproduzida na gruta que os que vieram à missa foram depois convidados a visitar.

Com a morte de Francisco, os monges passaram a celebrar o Natal não mais com figuras humanas e animais, mas usando imagens, logo imitadas em outras cidades. Esculturas em tamanho natural eram usadas no século XV. Surgiria em seguida o costume de costurar vestes preciosas e fazer jóias para as imagens do Menino. Paisagens foram sendo incorporadas aos presépios que, além de decorar as igrejas, os palácios e os conventos, passaram também a ser executados dentro das casas de famílias cristãs.

Nápoles, na Itália, incluindo coloridas representações da vida cotidiana, e Munique, na Alemanha, com requintada carpintaria das peças de madeira, tornaram-se centros em que a produção de presépios criou uma forte tradição artística, com características próprias na montagem da cena.

No Brasil, Anchieta apresentou a representação do Natal aos índios e aos colonos em 1552. Entre os oratórios que se disseminaram pelo interior do país nos séculos XVIII e XIX, sua parte inferior,



↑ Detalhe de vitral da Basílica de Nossa Senhora de Lourdes, em Belo Horizonte

denominada lapinha, era dedicada ao presépio, lembrando às pessoas durante o ano inteiro do nascimento de Cristo.

Luzes, sons e até movimento, como no presépio do Pipiripau, tradição do Natal belo-horizontino e significativa expressão da arte popular, foram sendo introduzidos na composição que encena o nascimento do pequeno Jesus.

As figuras de São José e de Maria são tradicionalmente representadas ajoelhadas, sendo que algumas vezes José aparece de pé, enquanto o Menino está deitado na manjedoura.

Com o desgaste próprio do tempo, apenas algumas imagens permaneceram de certos conjuntos, modificando sua relação com os outros elementos, quando, por exemplo, Maria olha com admiração para a criança. Mas sempre, quando ressurgir sozinha, a Virgem está de joelhos e olhando para baixo.